

PROCESSO TCE/AC 17.158.2005-56
ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre
NATUREZA: Prestação de Tomada de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício de 2004.
RESPONSÁVEL: Francisco Vagner de Santana Amorim
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

PARECER PRÉVIO Nº 663/2018

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal. Regular com Ressalva.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, para dar cumprimento ao disposto no art. 23, § 1º, da Constituição Estadual, apreciou os autos do Processo nº 17.158.2005-56-TCE e, após exame dos documentos que instruíram o feito, à **maioria**, acolhendo as razões expostas e o voto do Conselheiro-Relator, e, ainda:

Não encaminhamento das folhas de pagamento dos agentes políticos.

Resolve emitir **PARECER PRÉVIO** considerando **REGULAR COM RESSALVA** as Contas do Senhor **Francisco Vagner de Santana Amorim**, prefeito do município de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2004, em face da falha acima enumerada, e pelo encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal de Rodrigues Alves/Acre para o seu julgamento, de acordo com o ordenamento constitucional.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco - Acre, 19 de abril de 2018.

Cons. **Valmir Gomes Ribeiro**
Presidente do TCE/AC

Cons. **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator

Consª. Dulcinéa Benício de Araújo

Consª. Naluh Maria Lima Gouveia

Consª. Sub. Maria de Jesus Cavarinho de Souza

Fui presente:

Sérgio Cunha de Mendonça
Procurador do MPE/TCE/AC



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE/AC 17.158.2005-56
ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre
NATUREZA: Prestação de Tomada de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício de 2004.
RESPONSÁVEL: Francisco Vagner de Santana Amorim
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

ACÓRDÃO Nº 10.733/2018 PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves. Regular com ressalva. Notificação. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre por **unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator **Ronald Polanco Ribeiro: Parecer Prévio** considerando **REGULAR COM RESSALVA** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2005, de responsabilidade do Sr. **Francisco Vagner de Santana Amorim**, prefeito à época. Pela ressalva do seguinte item: 1) Não encaminhamento das folhas de pagamento dos agentes políticos. Pelo **encaminhamento de cópia** dos presentes autos à Câmara Municipal de Rodrigues Alves para o seu final julgamento de acordo com o disposto no artigo 23, da Constituição Estadual de 1989. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento dos presentes autos**

Rio Branco - Acre, 19 de abril de 2018.

Cons. **Valmir Gomes Ribeiro**
Presidente do TCE/AC

Cons. **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator

Cons^a. **Dulcinéia Benício de Araújo**

Cons^a. **Naluh Maria Lima Gouveia**

Cons^a. Sub. **Maria de Jesus Carvalho de Souza** Fui presente:

Sérgio Cunha Mendonça
Procurador do MPE/TCE/AC



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

ROCESSO TCE/AC 17.158.2005-56
ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre
NATUREZA: Prestação de Tomada de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício de 2004.
RESPONSÁVEL: Francisco Vagner de Santana Amorim
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

RELATÓRIO

1. Trata-se da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2004, de responsabilidade do Sr. Francisco Vagner de Santana Amorim apresentada a este TCE/AC de forma *tempestiva* (em 31/03/2005) *cf.* exigência do art. 23, §1º, da Constituição Estadual de 1989.
2. Relatórios técnicos da 2ª IGCE às fls. 64/77, 100/123 e 275/281.
3. Devidamente citado (fls. 129), o responsável Francisco Vagner de Santana Amorim apresentou defesas às fls. 152/223, acompanhada de documentos.
4. Após a fase do contraditório restou pendente de regularização, de acordo com a 2ª IGCE, as seguintes inconsistências:
 - 4.1. Descumprimento do limite constitucional mínimo fixado no artigo 77, inciso III do ADCT/CF-88 (15%) para gastos com ações e serviços públicos de saúde, com o índice de 14,10%.
 - 4.2. Não encaminhamento das folhas de pagamento dos agentes políticos.
5. O Ministério Público Especial junto a esta Corte emitiu parecer às fls. 287/288.

É o relatório.

Rio Branco/AC, 19 de abril de 2018.

Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro
Relator



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE/AC 17.158.2005-56
ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre
NATUREZA: Prestação de Tomada de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício de 2004.
RESPONSÁVEL: Francisco Vagner de Santana Amorim
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

VOTO

1. Folheando os autos restou constatado basicamente dois pontos principais levantados pela análise técnica que levaram a área técnica a opinar pela irregularidade das contas:

1.1. Descumprimento do limite constitucional mínimo fixado no artigo 77, inciso III do ADCT/CF-88 (15%) para gastos com ações e serviços públicos de saúde, com o índice de 14,10%.

1.2. Não encaminhamento das folhas de pagamento dos agentes políticos.

2. Quanto a **primeira irregularidade** relativa a não confirmação de saldo financeiro para o exercício seguinte (2005), no valor de R\$ 105,64, deixo de considerar como ilegalidade, tendo em vista o valor ínfimo, revelando mero erro de escrituração contábil sem densidade para ensejar a imputação jurídica de débito por dano ao erário. Portanto, opino pela ressalva deste item.

3. Por outro lado, o alegado descumprimento do limite constitucional mínimo fixado no artigo 77, inciso III do ADCT/CF-88, no valor de 15%, para gastos com ações e serviços públicos de saúde, **não procede**, tendo em vista que o ente aplicou valores que corresponde ao **índice de 14,10%**, ou seja, o percentual estava de acordo com o previsto no artigo 7º, da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2.000, que deu nova redação ao artigo 77, da constituição Federal:

Art. 7º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 77:



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

"Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:"
(AC)

"I – no caso da União:" (AC)

"a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento;" (AC)

"b) do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB;" (AC)

"II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e" (AC)

"III – **no caso dos Municípios** e do Distrito Federal, **quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos** a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º." (AC)

"§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento.**" (AC)

3.1. Assim, aplicando a regra prevista no § 1º, colacionado acima, temos que o percentual a ser aplicado no exercício de 2004, seria de 12,60%, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	%
2000	7,00
2001	8,40
2002	9,80
2003	11,20
2004	12,60

4. Quanto a **segunda irregularidade** relativa ao não encaminhamento das folhas de pagamento dos agentes políticos (subitem 1.2 deste Voto), deixo de considerar como ilegalidade, tendo em vista que a área técnica não comprovou os prejuízos na análise técnica em face da ausência da referida informação.



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Gabinete do Cons. Ronald Polanco Ribeiro



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

5. Deixo, por fim, de sugerir a aplicação de multas ao gestor, por entender que a pretensão punitiva foi alcançada pela prescrição quinquenal, em face do período decorrido, registro e autuação em 31/03/2005 *cf.* certidão de fl. 62) até a data de julgamento dos presentes autos (abril/2018).

6. **Ante o exposto**, consubstanciado no relatório exarado pelo Corpo Técnico e pelo parecer do Ministério Público Especial atuante nesta Corte de Contas, os quais acolho parcialmente, **VOTO**:

6.1. Nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, pela emissão de **Parecer Prévio** considerando **REGULAR COM RESSALVA** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2004, de responsabilidade do Sr. **Francisco Vagner de Santana Amorim**, prefeito a época, valendo como ressalva o não encaminhamento das folhas de pagamento dos agentes políticos (subitem 1.2 deste Voto).

6.2. Pelo **encaminhamento de cópia** dos presentes autos à augusta Câmara Municipal de Rodrigues Alves para o seu final julgamento de acordo com o disposto no Art. 23 da Constituição Estadual de 1989;

6.3. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco/AC, 19 de abril de 2018.

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator